

SUMÁRIO

Capítulo 1	Introdução	1
1.1.	O marco da Constituição dos Estados Unidos da América.....	1
1.2.	O uso indevido do discurso constitucional	2
1.3.	A ideia de Constituição	3
1.4.	O Princípio da Supremacia Constitucional.....	4
1.5.	O Princípio da Rigidez Constitucional.....	5
1.6.	A possibilidade de controle de constitucionalidade	6
1.7.	Quem deve ser o Guardião da Constituição?.....	7
1.7.1.	A proposta de Carl Schmitt	7
1.7.2.	A proposta de Hans Kelsen.....	7
1.8.	O protagonismo do Supremo Tribunal Federal.....	8
Capítulo 2	Presunção de Constitucionalidade das Leis	9
2.1.	Democracia Direta e Democracia Indireta	9
2.2.	Presunção de constitucionalidade das leis	10
2.3.	O caráter excepcional da declaração de inconstitucionalidade das leis.....	11
Capítulo 3	Bloco de Constitucionalidade	13
3.1.	Conceito de parâmetro de controle e de bloco de constitucionalidade.....	13
3.2.	A Constituição como algo além do seu texto	13
3.3.	Os princípios constitucionais implícitos.....	14
3.3.1.	O Princípio da Busca da Felicidade como princípio constitucional implícito integrante do bloco de constitucionalidade	14
3.3.1.1.	O caso Marcos José e o Princípio da Busca da Felicidade como princípio constitucional implícito integrante do bloco de constitucionalidade	15
3.3.1.2.	Outros precedentes do Supremo Tribunal Federal reconhecendo o Princípio da Busca da Felicidade como princípio constitucional implícito integrante do bloco de constitucionalidade	17
3.4.	A Questão do preâmbulo da Constituição	18

Capítulo 4	Espécies de Inconstitucionalidades	19
4.1.	Inconstitucionalidade por ação e por omissão	19
4.1.1.	A força normativa da Constituição	19
4.1.2.	Inconstitucionalidade por ação	20
4.1.3.	Inconstitucionalidade por omissão	20
4.1.3.1.	Omissão inconstitucional total e parcial	21
4.1.4.	Ações constitucionais voltadas a combater a omissão inconstitucional	22
4.2.	Inconstitucionalidade material e formal	22
4.2.1.	Diferenças	22
4.2.2.	Inconstitucionalidade material	23
4.2.2.1.	Inconstitucionalidade por desvio de poder ou excesso de poder legislativo – O pensamento de Gilmar Mendes	23
4.2.3.	Inconstitucionalidade formal	24
4.2.3.1.	Inconstitucionalidade formal orgânica	25
4.2.3.2.	Inconstitucionalidade formal subjetiva	25
4.2.3.2.1.	Sanção posterior e vício de iniciativa	26
4.2.3.3.	Inconstitucionalidade formal objetiva	26
4.2.3.4.	Medida Provisória aprovada sem emendas não se submete a veto presidencial	27
4.2.3.5.	O STF não ingressa no exame de constitucionalidade dos chamados atos <i>interna corporis</i>	28
4.2.4.	Cumulatividade de inconstitucionalidade material e formal	28
4.2.5.	Conclusão	28
4.3.	Inconstitucionalidade total e parcial	29
4.3.1.	Inconstitucionalidade total	29
4.3.2.	Inconstitucionalidade parcial	30
4.3.2.1.	Princípio da Parcelaridade	30
4.3.3.	Manutenção da norma inconstitucional em razão do agravamento da situação caso haja pronúncia de nulidade	31
4.3.4.	Inconstitucionalidade em virtude de dependência unilateral	31
4.3.5.	Conclusão	32
4.4.	Declaração parcial de nulidade sem redução de texto e interpretação conforme à Constituição	32
4.4.1.	A Lei nº 9.868/1999 – Os efeitos vinculantes da interpretação conforme e a declaração parcial de inconstitucionalidade sem redução de texto	35

4.4.2.	Decisão manipulativa de efeitos aditivos – O pensamento de Gilmar Mendes.....	36
4.4.3.	Inconstitucionalidade Derivada/ Consequente/ por Arrastamento.....	37
4.5.	Inconstitucionalidade Direta e Indireta	39
4.5.1.	Inconstitucionalidade indireta	39
4.5.2.	Inconstitucionalidade direta	41
4.5.2.1	Os decretos autônomos do Presidente da República.....	41
4.5.3.	Inconstitucionalidade originária e superveniente.....	42
4.5.3.1.	Diferenças básicas.....	42
4.5.4.	Questões polêmicas sobre inconstitucionalidade superveniente ...	43
4.5.5.	Impossibilidade de constitucionalidade superveniente no Brasil ...	44
4.6.	Inconstitucionalidade progressiva	44
4.7.	Inconstitucionalidade chapada e Inconstitucionalidade enlouquecida	45

Capítulo 5 Espécies de Controle de Constitucionalidade 47

5.1.	Quanto ao Órgão Fiscalizador.....	47
5.1.1.	Quem deve ser o Guardião da Constituição?	47
5.1.1.1.	Controle político	47
5.1.1.2.	Controle jurisdicional	48
5.1.1.3.	Controle misto.....	48
5.1.1.4.	O modelo brasileiro	49
5.2.	Momentos de controle	50
5.2.1.	Controle preventivo.....	50
5.2.1.1.	Controle preventivo pelo Poder Executivo	50
5.2.1.2.	Controle preventivo pelo Poder Legislativo.....	50
5.2.1.3.	Controle preventivo pelo Poder Judiciário	51
5.2.1.3.1	Possibilidade de controle preventivo (via de exceção) pelo Poder Judiciário sobre proposta de emenda constitucional tendente a abolir cláusulas pétreas.....	52
5.2.1.3.2	Impossibilidade de controle preventivo pelo Poder Judiciário sobre <i>atos interna corporis</i>	52
5.2.1.3.3	Impossibilidade de controle preventivo pelo Poder Judiciário sobre a regular tramitação de propostas legislativas	53
5.2.2.	Controle repressivo	53

5.2.2.1.	Controle repressivo pelo Poder Judiciário – controle concentrado.....	53
5.2.2.2.	Controle repressivo pelo Poder Judiciário – controle difuso.....	54
5.2.2.3.	Controle repressivo pelo Poder Legislativo	54
5.2.2.4.	Recusa, pelo chefe do Poder Executivo, à aplicação da lei por reputá-la inconstitucional.....	55
5.3.	O controle de constitucionalidade e o Tribunal de Contas	57
5.4.	A declaração de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF	59

Capítulo 6 A Declaração de Inconstitucionalidade de Relações Privadas – Horizontalização dos Direitos Fundamentais 61

Capítulo 7 Mutação Constitucional 65

7.1.	Introdução.....	65
7.2.	O mito da vontade do legislador.....	65
7.3.	Mutação Constitucional – Doutrina estrangeira.....	66
7.4.	Mutação Constitucional – Doutrina Nacional	67
7.5.	Mutação Constitucional – Supremo Tribunal Federal.....	68

Capítulo 8 Nota Histórica Sobre o Controle de Constitucionalidade Brasileiro 71

8.1.	A Constituição de 1824.....	71
8.1.1.	Introdução.....	71
8.1.2.	A soberania do parlamento e o Poder Moderador.....	71
8.1.3.	Conclusão.....	71
8.2.	A Constituição de 1891.....	72
8.2.1.	Introdução.....	72
8.2.2.	O controle difuso de constitucionalidade	72
8.2.3.	Ausência de instrumento semelhante ao <i>stare decisis</i> – O anúncio de um grave problema	73
8.3.	A Constituição de 1934	73
8.3.1.	Introdução.....	73
8.3.2.	A cláusula de reserva de plenário.....	73
8.3.3.	O Senado Federal e a suspensão da eficácia da lei declarada inconstitucional em controle difuso de constitucionalidade.....	74
8.3.4.	A representação interventiva	74

8.3.5.	Vedação à apreciação das questões políticas	75
8.3.6.	O mandado de segurança	75
8.4.	A Constituição de 1937.....	75
8.4.1.	Introdução	75
8.4.2.	A manutenção da cláusula de reserva de plenário.....	76
8.4.3.	O enfraquecimento do papel do Supremo Tribunal Federal como Guardião da Constituição	76
8.4.4.	O nebuloso contexto político.....	76
8.4.5.	Vedação à apreciação das questões políticas	77
8.4.6.	Extinção da representação interventiva e do papel do Senado Federal no controle de constitucionalidade difuso	77
8.4.7.	Esvaziamento do mandado de segurança.....	77
8.4.8.	Conclusões.....	77
8.5.	A Constituição de 1946.....	78
8.5.1.	Introdução	78
8.5.2.	A retomada das competências do Supremo Tribunal Federal	78
8.5.3.	O retorno do papel do Senado Federal no controle difuso de constitucionalidade	78
8.5.4.	O retorno da representação interventiva	79
8.6.	Emenda nº 16, de 1965.....	80
8.6.1.	O batismo do controle concentrado de constitucionalidade	80
8.6.2.	O batismo do controle concentrado de constitucionalidade estadual.....	81
8.7.	A Constituição de 1967/1969	81
8.8.	A Constituição de 1988.....	81
8.8.1.	Democracia constitucional	81
8.8.2.	A ampliação do rol de legitimados a propor ADI.....	81
8.8.3.	A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) ..	82
8.8.4.	A ação declaratória de constitucionalidade (ADC)	82
8.8.5.	O controle concentrado de constitucionalidade estadual.....	83
8.8.6.	A Emenda 45 e as súmulas vinculantes	83
8.8.7.	ADI interventiva (ou representação interventiva)	83
8.8.8.	A ação direta de inconstitucionalidade por omissão e o mandado de injunção	83
8.8.9.	Cautelar em controle concentrado de constitucionalidade	84

Capítulo 9	O <i>Judicial Review</i>	85
9.1.	A Origem – O Caso <i>Marbury versus Madson</i>	85
9.2.	A Legitimidade do <i>Judicial Review</i>	86
9.3.	O <i>Judicial Review</i> no Direito Constitucional brasileiro.....	88
9.3.1.	O ideal de Rui Barbosa	88
9.3.2.	Ausência de instrumento semelhante ao <i>stare decisis</i> – O anúncio de um grave problema	89
Capítulo 10	Controle Difuso	91
10.1.	Explicações introdutórias.....	91
10.2.	Questões processuais do controle difuso de constitucionalidade	92
10.3.	Atos passíveis de sofrer controle difuso de constitucionalidade	94
10.3.1.	Direito pré-constitucional.....	94
10.3.2.	Lei ou ato normativo municipal	94
10.3.3.	Leis ou atos normativos distritais	95
10.3.4.	Espécies normativas.....	95
10.3.5.	Propostas de emenda à Constituição tendentes a abolir cláusulas pétreas	96
10.3.6.	Leis ou atos normativos de efeitos concretos	97
10.3.7.	Tratados internacionais.....	97
10.3.8.	Atos normativos estrangeiros à luz do ordenamento estrangeiro...99	
10.3.9.	Atos privados.....	100
10.4.	Atos insuscetíveis de controle difuso de constitucionalidade	100
10.4.1.	Normas originárias.....	100
10.4.2.	Atos <i>interna corporis</i>	101
10.4.3.	Outros	102
10.5.	Legitimados a promover o exercício do controle difuso de constitucionalidade.....	102
10.6.	Cláusula de reserva do plenário	103
10.6.1.	Previsão constitucional.....	103
10.6.2.	Quórum, plenário e órgão especial	103
10.6.3.	Súmula vinculante nº 10.....	106
10.6.4.	Exceção à cláusula de reserva de Plenário	106
10.7.	Rito e participação de <i>amicus curiae</i> no controle difuso nos tribunais.....	108
10.8.	O Controle difuso e a ação civil pública	108
10.8.1.	Introdução	108

10.8.2.	Impossibilidade – ação civil pública tendo como objeto do pedido declaração de inconstitucionalidade.....	109
10.8.3.	Possibilidade – ação civil pública tendo como causa de pedir declaração de inconstitucionalidade.....	109
10.9.	Controle difuso de constitucionalidade exercido pelo Supremo Tribunal Federal	111
10.9.1.	O recurso extraordinário.....	111
10.9.1.1.	Recurso extraordinário e recurso especial interpostos simultaneamente.....	112
10.9.1.2.	Necessidade de ofensa direta para cabimento de recurso extraordinário.....	114
10.9.1.3.	Necessidade de juntada do acórdão proferido no incidente de inconstitucionalidade para conhecimento do recurso extraordinário.....	115
10.9.1.4.	Possibilidade de declaração incidental de inconstitucionalidade de ofício pelo Supremo Tribunal Federal	117
10.9.1.5.	Rito no Supremo Tribunal Federal.....	119
10.9.1.6.	O papel do Senado Federal na declaração de inconstitucionalidade em sede de controle difuso de constitucionalidade	120
10.9.1.6.1	A expressão “no todo ou em parte”.....	122
10.9.1.6.2	Efeitos <i>ex tunc</i>	122
10.9.1.6.3	Procedimento no Senado Federal de edição da resolução	124
10.9.1.6.4	A ideia de mutação constitucional – O pensamento de Gilmar Mendes.....	124
10.9.1.6.5	Controle de constitucionalidade sobre a resolução.....	125
10.9.1.6.6	Impossibilidade – Resolução e decisão do Supremo Tribunal.....	125
10.10.	A Repercussão Geral e o Supremo Tribunal Federal.....	128
10.10.1.	Introdução	128
10.10.2.	A relevância social, política, econômica ou jurídica	130
10.10.3.	Possibilidade de apreciação da repercussão geral via questão de ordem	132
10.10.4.	A exigência de preliminar formal de repercussão geral.....	132
10.10.5.	Presunção de repercussão geral	132
10.10.6.	A possibilidade das turmas reconhecerem repercussão geral	133

10.10.7.	Questão de ordem no STF sobre matérias com jurisprudência dominante.....	133
10.10.8.	Possibilidade de desistência do <i>leading case</i>	134
10.10.9.	Recurso extraordinário sobrestado e competência para julgar cautelar visando dar-lhe efeito suspensivo.....	134
10.10.10.	Regimes de sobrestamento	135
10.10.10.1.	Momento	135
10.10.10.2.	Recursos interpostos de acórdãos publicados antes de 3 de maio de 2007.....	135
10.10.10.3.	O sobrestamento e o Superior Tribunal de Justiça	136
10.10.10.4.	Os agravos de instrumento.....	137
10.10.10.5.	Questões práticas quanto ao acompanhamento das decisões da repercussão geral.....	138
10.10.10.6.	Qual recurso é cabível em caso de decisão que declara prejudicado RE interposto tendo em vista o julgamento da matéria pelo STF em sede de repercussão geral?	138
10.10.10.7.	Abstrativização do controle difuso de constitucionalidade	141
Capítulo 11 O Plenário Virtual.....		143
11.1.	Procedimento	143
11.1.1.	É cabível a manifestação de <i>amicus curiae</i> no plenário virtual?	144
Capítulo 12 Súmula Vinculante		147
12.1.	Introdução.....	147
12.2.	Participação de Interessados	148
12.3.	Quórum de aprovação.....	149
12.4.	Legitimidade de proposição	149
12.5.	Classe processual	150
12.6.	Tramitação	150
12.7.	Eficácia.....	151
12.8.	É possível modulação de efeitos em súmula vinculante?	152
12.9.	Súmula vinculante tem efeito impeditivo de recurso.....	153
12.10.	Efeitos da súmula vinculante quanto aos processos administrativos no âmbito federal	153

12.11. Cabimento de reclamação	153
12.12. Questão superveniente.....	154
12.13. Sustentação oral	154
12.14. Revisão ou cancelamento da súmula vinculante	155
12.15. Diferença entre súmula vinculante e súmula não vinculante	156
12.16. Necessidade de observância da súmula vinculante por decisões proferidas antes de sua edição.....	156
12.17. Vedação – Reclamação contra demora no julgamento de recurso que inova súmula vinculante	156
12.18. Súmulas vinculantes aprovadas pelo Supremo Tribunal Federal.....	157

Capítulo 13 *Amicus Curiae* em Controle de Constitucionalidade 161

13.1. <i>Amicus curiae</i>	161
13.2. <i>Amicus curiae</i> nos Estados Unidos da América.....	161
13.3. Peter Häberle e a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição.....	162
13.4. Os reflexos dos ideais de Häberle no Supremo Tribunal Federal	163
13.5. <i>Amicus curiae</i> no controle difuso no Supremo Tribunal Federal	163
13.6. Inadmissibilidade de <i>amicus curiae</i>	164
13.7. Até quando é permitido o pedido de ingresso como <i>amicus curiae</i> ?	165
13.8. <i>Amicus curiae</i> pode sustentar oralmente?	166
13.9. <i>Amicus curiae</i> e a ausência de legitimidade recursal.....	166
13.10. A participação de <i>amicus curiae</i> nos demais tribunais.....	167

Capítulo 14 Audiências Públicas – STF..... 171

14.1. Introdução.....	171
14.2. Legitimidade para convocação de audiência pública e objeto.....	171
14.3. Rito da audiência pública	171
14.4. Os precedentes do Supremo Tribunal Federal	172
14.5. Conclusão	174

Capítulo 15 Controle Concentrado de Constitucionalidade..... 175

15.1. A introdução do controle concentrado no Brasil	175
15.2. A influência de Hans Kelsen no modelo de controle concentrado.....	175
15.3. O marco deixado pelo Ministro Moreira Alves no julgamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade nº 1	176
15.4. Conceito.....	176

15.4.1.	Controle: concentrado, abstrato, objetivo, de via de ação, por via principal ou em tese	176
15.4.1.1.	Controle concentrado	176
15.4.1.2.	Controle abstrato ou em tese.....	177
15.4.1.3.	Controle objetivo	178
15.4.1.4.	Controle por via de ação ou por via principal.....	178
15.5.	Controle concentrado X Controle difuso.....	178
15.6.	Desnecessidade de comprovação do interesse de agir.....	179
15.7.	Ações constitucionais do controle concentrado	179
15.8.	O Supremo Tribunal Federal como legislador negativo	180

Capítulo 16 Ação Direta de Inconstitucionalidade 185

16.1.	Introdução.....	185
16.2.	Lei nº 9.868/1999	185
16.3.	Finalidade	185
16.4.	Características	186
16.5.	Legitimados.....	186
16.5.1.	Legitimados para os quais se dispensa o advogado	187
16.5.2.	Legitimados que necessitam de advogado	188
16.5.3.	Legitimados a opor embargos de declaração.....	188
16.5.4.	A representação no Congresso Nacional pelos partidos políticos.....	189
16.5.4.1.	Legitimidade superveniente do partido político	190
16.5.4.2.	Perda da legitimidade superveniente do partido político	190
16.5.4.3.	Momento da aferição da legitimidade do partido político	190
16.5.5.	Legitimidade das associações ou entidades de classe de âmbito nacional e as confederações sindicais.....	191
16.5.5.1.	As associações de associações	192
16.5.5.2.	A ilegitimidade das centrais sindicais	192
16.5.5.3.	Impossibilidade de comprovação, na mesma ADI, de ilegitimidade superveniente de associação anteriormente havida como ilegítima.....	192
16.6.	Pertinência temática	193
16.6.1.	Partido político e a desnecessidade de pertinência temática	194
16.7.	Objeto.....	197
16.7.1.	Normas constitucionais originárias	197

16.7.2.	Disposições da Constituição propriamente ditas (emendas constitucionais)	197
16.7.3.	Leis ou atos normativos do Distrito Federal	198
16.7.4.	Leis	199
16.7.5.	Tratados internacionais	200
16.7.6.	Resoluções	201
16.7.7.	Decretos do Poder Executivo	203
16.7.8.	Leis estaduais	204
16.7.9.	Medida provisória convertida em lei	204
16.7.10.	Parecer normativo da Consultoria Geral da República, aprovado pelo Presidente	204
16.7.11.	Políticas públicas	204
16.7.12.	Lei orçamentária	204
16.7.13.	Atos de tribunais no exercício de função atípica (administrativa)	205
16.7.14.	Medidas provisórias que abrem créditos extraordinários	205
16.8.	Atos afastados do controle concentrado de constitucionalidade	206
16.8.1.	Lei ou ato normativo, federal ou estadual, anterior à promulgação da Constituição Federal de 1988	206
16.8.2.	Lei ou ato normativo municipal	207
16.8.3.	Leis ou atos normativos de eficácia exaurida	207
16.8.4.	Decretos estrategicamente revogados	207
16.8.5.	Medidas provisórias com prazo expirado	209
16.8.6.	Súmulas	209
16.8.7.	Convenções coletivas de trabalho	209
16.8.8.	Lei que veicula matéria estranha ao enunciado de sua ementa	209
16.8.9.	Atos estatais de efeitos concretos	210
16.8.10.	Inconstitucionalidade progressiva	210
16.8.11.	Outros	210
16.8.12.	Parâmetro de controle substancialmente reformado ou revogado	211
16.9.	Inconstitucionalidade por violação de marcos temporais estabelecidos pela Constituição Federal – Ausência de pronúncia de nulidade	211
16.10.	Parâmetro de controle	212
16.11.	Princípio do Pedido	212

16.12. Causa de pedir aberta	213
16.13. Inconstitucionalidade Consequente/ Derivada/ por Arrastamento.....	214
16.14. Petição inicial.....	215
16.15. Impossibilidade de desistência da Ação.....	216
16.16. Imprescritibilidade.....	217
16.17. Pedido de informações	217
16.17.1. <i>Amicus curiae</i>	218
16.17.2. Audiências públicas.....	219
16.17.3. Outras informações	219
16.18. Impossibilidade da intervenção de terceiros.....	219
16.18.1. Litisconsórcio.....	220
16.19. A nova posição do STF quanto à atuação do AGU	220
16.20. Atuação do PGR.....	223
16.21. Tramitação paralela de ações diretas no tribunal local e no STF	224
16.22. Atuação do relator	224
16.23. Deliberação.....	225
16.23.1. Quórum de instalação da sessão.....	225
16.23.2. Quórum de votação para declaração de inconstitucionalidade	225
16.23.3. Suspeição ou impedimento	225
16.24. Procuração de advogado de Governador especialmente habilitado.....	229
16.25. O Ministro Presidente e a Emenda Regimental nº 35 (Caso de Empate)....	229
16.26. Procedimento de análise de pedido cautelar	230
16.26.1. Eficácia da medida cautelar concedida.....	231
16.26.2. Efeito repristinatório da cautelar	233
16.26.3. Cautelar e não vinculação do Poder Legislativo.....	233
16.27. Natureza dúplice ou ambivalente	233
16.28. Regra: Efeitos <i>ex tunc</i>	234
16.29. Efeitos para o Poder Legislativo – Vedação à fossilização da Constituição.....	235
16.30. Efeito repristinatório da declaração de inconstitucionalidade em sede de controle concentrado.....	236
16.31. Eficácia repristinatória e necessidade de impugnar os atos normativos, que, embora revogados, exteriorizem os mesmos vícios de inconstitucionalidade que inquinam a legislação revogadora.	236
16.32. Não cabimento de recursos e início do efeito da decisão	238

Capítulo 17	Ação Declaratória de Constitucionalidade.....	239
17.1.	Introdução.....	239
17.1.1.	Presunção de constitucionalidade das leis.....	239
17.1.2.	Segurança jurídica.....	240
17.2.	Requisito de admissibilidade.....	240
17.3.	Pedido de informações aos órgãos elaboradores da norma.....	241
17.4.	Medida Cautelar.....	241
17.5.	Não atuação do Advogado-Geral da União.....	242
17.6.	Recomendação.....	242
17.7.	ADI = ADC.....	242
17.8.	ADI ≠ ADC.....	243

Capítulo 18 **Ação Direta de Inconstitucionalidade
por Omissão.....** **245**

18.1.	Introdução.....	245
18.2.	A Nova Lei nº 12.063, de 27 de Outubro de 2009.....	248
18.3.	Legitimidade ativa.....	249
18.4.	Legitimação passiva.....	251
18.5.	Objeto.....	251
18.6.	Necessidade de abuso na mora.....	252
18.7.	Possibilidade – ADO e perda superveniente do objeto.....	253
18.8.	Possibilidade – ADO e cumulação de pedidos (Inconstitucionalidade por Ação e por Omissão).....	254
18.9.	Vedação – ADO e declaração de autoaplicabilidade de norma constitucional.....	254
18.10.	Vedação – ADO e dispositivo constitucional autoaplicável.....	255
18.11.	Vedação – ADO e prática de ato administrativo concreto.....	255
18.12.	Vedação – ADO e conversão em Mandado de Injunção.....	255
18.13.	Vedação – Ação Popular substituir ADO.....	256
18.14.	Competência.....	256
18.15.	ADO nas Constituições Estaduais.....	256
18.16.	A desnecessidade de atuação do Advogado-Geral da União.....	257
18.17.	O Procurador-Geral da República.....	257
18.18.	Prazo.....	257
18.19.	Rito e petição inicial.....	258
18.20.	A concessão de medida cautelar.....	258

18.21. Os efeitos da decisão na ADO.....	260
18.22. O Caso do Município Luís Eduardo Magalhães na Bahia.....	261
18.22.1. O Parlamento reage – O Ofício nº 1.073/2008.....	262
18.23. A omissão inconstitucional e o Supremo Tribunal Federal	263
18.24. Suspensão dos processos	265
18.25. Marco temporal a partir do qual a decisão do Supremo Tribunal Federal gera efeitos.....	265
Capítulo 19 Mandado de Injunção.....	267
19.1. Considerações Gerais	267
19.2. Legitimidade passiva	268
19.3. A reparação de danos causados pela omissão inconstitucional	268
19.4. A autoaplicabilidade do mandado de injunção.....	269
19.5. Perda superveniente de objeto	269
19.6. Vedação – Mandado de Injunção e controle concentrado de constitucionalidade.....	269
19.7. Vedação – Mandado de Injunção e ato concreto.....	269
19.8. Vedação – Mandado de Injunção como substituto de Mandado de Segurança.....	270
19.9. Vedação – MI e tipificação do crime de responsabilidade.....	270
19.10. Vedação – Agravo regimental contra despacho que indefere pedido de liminar em MI.....	270
19.11. Vedação – MI e lei regulamentadora de Direito Constitucional.....	270
19.12. Legitimidade Ativa.....	271
19.12.1. Possibilidade – Mandado de Injunção coletivo.....	271
19.12.2. Critério para constatação da mora.....	272
19.12.3. Legitimidade do Ministério Público	273
19.12.4. Legitimidade passiva	273
19.13. Cautelar	273
19.14. Competência.....	274
19.14.1. MI contra Ministério do Trabalho	274
19.14.2. MI contra Autarquia Federal	274
19.14.3. MI contra Ministro de Estado	274
19.14.4. MI contra TJDF/ST	275
19.14.5. MI contra DNOCS	275
19.15. MI nas Constituições estaduais.....	275
19.16. Os efeitos das decisões proferidas na ADO e no MI.....	276
19.17. Efeitos do MI	276

Capítulo 20	Ação Direta de Inconstitucionalidade Interventiva	285
20.1.	A Federação Brasileira	285
20.2.	Intervenção.....	290
20.2.1.	Introdução.....	290
20.2.2.	ADI interventiva federal (ou representação interventiva)	291
20.2.3.	Excepcionalidade.....	293
20.2.4.	Objeto	294
20.2.5.	Competência	294
20.2.6.	Legitimidade.....	294
20.3.	A natureza jurídica da ADI Interventiva (ou Representação Interventiva)	295
20.4.	Representação e atos concretos – O Caso Mato Grosso.....	296
20.5.	Procedimento da representação interventiva segundo o Regimento Interno do STF	296
20.6.	Cautelar na ADI Interventiva (ou Representação Interventiva)	297
20.7.	<i>Amicus curiae</i>	298
20.8.	Decisão.....	298
20.9.	Decreto interventivo e controle jurisdicional.....	301
20.10.	ADI Interventiva Estadual	301
20.10.1.	Objeto	301
20.10.2.	Exceção	302
20.10.3.	Excepcionalidade.....	302
20.10.4.	Competência	302
20.10.5.	Legitimidade.....	302
20.10.6.	Procedimento da ADI Interventiva Estadual.....	303
Capítulo 21	Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.....	305
21.1.	ADPF – Uma novidade no controle concentrado de constitucionalidade.....	305
21.2.	A ideia da ADPF.....	306
21.3.	Amparo constitucional.....	308
21.4.	Norma constitucional de eficácia limitada.....	308
21.5.	A Lei nº 9.882/1999.....	309
21.6.	Modalidades de ADPF	310
21.6.1.	ADPF – Características centrais	311

21.6.2.	ADPF autônoma	311
21.6.3.	ADPF incidental.....	313
21.7.	Definição acerca do que seria preceito fundamental	315
21.8.	Objeto da ADPF e conteúdo do pedido	317
21.9.	Legitimidade	318
21.10.	Vedação – ADPF contra veto do Poder Executivo	318
21.11.	Vedação – ADPF contra súmula	319
21.12.	Vedação – ADPF e pedido de curatela de nascituro	319
21.13.	Vedação – ADPF contra coisa julgada.....	320
21.14.	Petição inicial.....	320
21.15.	Atuação do Advogado-Geral da União e do Procurador-Geral da República.....	321
21.16.	<i>Amicus curiae</i>	322
21.17.	Subsidiariedade da ADPF	323
21.18.	O Caso do garoto S. R. G.	325
21.19.	Medida liminar	326
21.20.	Decisão.....	327
21.21.	Modulação de efeitos.....	329
21.22.	Decisão em ADPF e reclamação	330
21.23.	Possibilidade – Conversão de ADPF em ADI	331
 Capítulo 22 Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade		333
22.1.	O plano de existência, de validade e de eficácia da norma	333
22.2.	Modelo norte-americano (nulidade) X Modelo Austríaco (anulabilidade).....	333
22.2.1.	O modelo norte-americano – Thomas Marshall (nulidade).....	333
22.2.2.	O modelo austríaco (anulabilidade) – Hans Kelsen.....	334
22.2.3.	O modelo brasileiro	334
 Capítulo 23 Doutrina Prospectiva – Modulação de Efeitos		335
23.1.	Doutrina Prospectiva – Modulação de Efeitos	335
23.2.	Estados Unidos da América.....	336
23.3.	Áustria.....	338
23.4.	Espanha.....	338
23.5.	Itália.....	339
23.6.	Portugal.....	339

23.7. Alemanha.....	340
23.8. Brasil.....	340
23.8.1. Previsão legal	340
23.8.2. Possibilidade de modulação, pelo Supremo, tanto em controle concentrado como em controle difuso.....	341
23.8.3. Precedentes de modulação de efeitos em controle difuso de constitucionalidade em razão da declaração de inconstitucionalidade de lei	341
23.8.4. Precedentes de possibilidade de modulação de efeitos em controle difuso de constitucionalidade em razão de virada jurisprudencial	342
23.8.5. Precedentes de modulação de efeitos em controle concentrado de constitucionalidade em razão de excepcional interesse social.....	343
23.8.6. Modulação de efeitos por juízes e tribunais em sede de controle difuso.....	344
23.8.7. Vedação – Modulação de efeitos sobre juízo de revogação	345
23.9. Eficácia da declaração de inconstitucionalidade e os atos singulares praticados.....	345

Capítulo 24 Reclamação 347

24.1. Nota histórica	347
24.2. Construção jurisprudencial.....	348
24.3. Legitimidade	348
24.4. Causa de pedir aberta	349
24.5. Natureza jurídica.....	349
24.6. Objeto.....	350
24.7. Possibilidade – Reclamação contra declaração incidental de inconstitucionalidade em ação civil pública com efeitos <i>erga omnes</i>	350
24.8. Possibilidade – Reclamação contra suspensão de exigibilidade de lei concedida por meio de concessão de liminar em mandado de segurança	350
24.9. Possibilidade – Reclamação contra desobediência a decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de concessão de medida cautelar em ADI ou ADC	351
24.10. Possibilidade – Reclamação contra desobediência a decisão do Supremo Tribunal Federal em sede de suspensão de segurança.....	352
24.11. Possibilidade – Reclamação contra decisão baseada em lei de conteúdo idêntico à lei declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em sede de controle concentrado	352

24.12. Vedação – Reclamação contra declaração incidental de inconstitucionalidade.....	353
24.13. Vedação – Reclamação como sucedâneo de ação rescisória	354
24.14. Vedação – Reclamação contra descumprimento de súmula vinculante praticado pela Administração antes do esgotamento das vias administrativas	354
24.15. Pressuposto negativo de admissibilidade – Inocorrência de trânsito em julgado	355
24.16. Vedação – Reclamação como instrumento processual de supressão de instância.....	355
24.17. Competência – Plenário do Supremo Tribunal Federal.....	356
24.18. Preparo	356
24.19. Instrução da Reclamação.....	357
24.20. Inépcia da inicial.....	357
24.21. Distribuição e relatoria.....	358
24.22. Informações.....	358
24.23. Liminar	358
24.24. Impugnação da reclamação.....	359
24.25. Vista ao PGR	359
24.26. Decisão.....	359
24.27. Transcendência dos motivos determinantes – O pensamento de Gilmar Mendes	359
24.28. Possibilidade – A Reclamação nos Estados-membros	361
24.29. Reclamação e ação civil pública.....	362

Capítulo 25 O Controle Concentrado de Constitucionalidade nos Estados 363

25.1. Introdução.....	363
25.2. ADC, ADO, ADPF Estaduais	363
25.3. Legitimidade	365
25.4. Competência.....	366
25.5. Possibilidade – Paralisação da RI perante o TJ, prevalência da ADI perante o Supremo	366
25.6. Possibilidade – Paralisação da RI perante o TJ, prevalência da ADI perante o Supremo e concessão, nesta ADI, de medida liminar suspendendo a eficácia da norma impugnada.....	366
25.7. Tribunal de Justiça e atuação de ofício em controle difuso	367
25.8. Recurso extraordinário e norma de reprodução obrigatória.....	368

25.9. Simultaneidade de ações diretas.....	372
25.10. Controle exercido pelo TJ de lei municipal tendo como parâmetro a Constituição Federal.....	377
25.11. Doutrina – Normas estaduais que reproduzem, formal ou materialmente, princípios constitucionais federais obrigatórios para todos os níveis de governo na federação.....	377
25.12. A necessidade de que o modelo de controle concentrado estadual se assemelhe ao controle concentrado federal.....	378
25.13. Desnecessidade de encaminhamento à Casa Legislativa para eficácia <i>erga omnes</i>	378
25.14. Normas constitucionais estaduais remissivas À Constituição Federal – Possibilidade.....	379
25.15. Inexistência de Controle Concentrado tendo como parâmetro de controle Lei Orgânica do Município.....	380

Capítulo 26 Controle de Constitucionalidade no Distrito Federal.... 385

26.1. Introdução.....	385
26.2. Objeto.....	386
26.3. Competência.....	386
26.4. Legitimidade para ADI e ADC Distrital	386
26.5. Rito.....	387
26.6. Inconstitucionalidade por Omissão	387
26.7. Quórum	387
26.8. Regramento subsidiário	388
26.9. Reclamação Distrital	388

Considerações Finais 389

Bibliografia 391